

Multa pode substituir a estabilidade

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O pagamento de multa de 50% sobre o valor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) até que uma lei complementar, posterior à promulgação da futura Constituição, venha a definir o que se constituirá em indenização compensatória para o trabalhador. Esta foi a proposta analisada durante todo o dia, embora sem fechar acordo até as 20 horas de ontem, por líderes sindicais, do Centrão, do Grupo dos 32 e do Centrão.

A proposta, apresentada pelo Grupo dos 32 e que contou com o apoio dos líderes sindicais Luís Antônio Medeiros (metalúrgicos) e Antônio Rogério Magri (eletricistas), ambos de São Paulo, tem a seguinte redação no inciso I do artigo 8º do projeto de Constituição:

"Estabilidade no emprego, contra a dispensa arbitrária, assim definida em lei complementar, que assegurará indenização compensatória". Disposições transitórias: "Enquanto a lei complementar, prevista no inciso I do artigo 8º, não for promulgada, a indenização compensatória corresponderá ao valor da multa de 50% sobre o FGTS recolhido pelo empregador, na vigência do contrato. O disposto neste artigo aplica-se com imediata eficácia aos contratos em vigor a 1º de janeiro de 1988".

Desde a manhã, foram realizadas várias reuniões de Medeiros e Magri com representantes do Centrão

(Gastone Righi, Roberto Jefferson, Ricardo Flúza e José Lins), do Grupo dos 32 (Sandra Cavalcanti e Virgílio Távora) e do Centrão (Ronaldo César Coelho). Iniciada às 11 horas, a primeira reunião tinha como ponto de partida a proposta que consta de uma das emendas substitutivas do Centrão.

A iniciativa garante a estabilidade de emprego "após 12 meses, através da fixação, na demissão sem justa causa, de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado ou fração, além do Fundo de Garantia e nos casos de força maior, na forma da lei". Desde o início, Medeiros informou que uma nova proposta deveria aumentar a multa sobre o FGTS, que hoje é de 10% sobre o saldo do fundo.

A deputada Sandra Cavalcanti, fundadora e primeira presidenta do extinto Banco Nacional de Habitação, lembrou que no começo do FGTS, que substituiu a estabilidade da época de Getúlio Vargas, a multa era de 50% sobre o saldo do fundo e que isso baixou para 10%. A ideia foi apoiada pela maioria, menos pelo representante do Centrão, Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ).

A discordância de Ronaldo César Coelho foi responsável pelo momento mais tenso da reunião. Ele defendeu com vigor a tese de que qualquer retroatividade nas medidas de proteção ao trabalhador prejudicaria as empresas, pois aumentaria o seu passivo. O sindicalista Rogério Magri, não entendendo a argumenta-

ção do deputado, foi ríspido: "Como é que o senhor chama a gente aqui para não oferecer nada? O senhor está contra os trabalhadores". Ronaldo César Coelho respondeu no mesmo tom: "Não, eu não sou contra os trabalhadores, mas vocês vieram aqui para livrar a cara".

Mas as divergências ficaram aí, embora, após a reunião, todos tenham dito que houve acordo, exceto Ronaldo César Coelho. Mais tarde, circulou a informação de que o deputado Ricardo Flúza (PFL-PE), um dos principais articuladores do Centrão, desautorizara Gastone Righi e Roberto Jefferson como interlocutores do grupo aos líderes sindicais.

A tarde, já com o texto de Sandra Cavalcanti proposto, novas reuniões foram feitas. Sandra e Virgílio Távora levaram a emenda ao conhecimento do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, que a considerou boa, e ao presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, que disse: "essa emenda é muito boa para uma negociação futura".

Embora tenha acabado a retroatividade de um ano, que constava da emenda substitutiva do Centrão, a nova fórmula encontrou resistências dentro do Centrão, que convocou o deputado Afif Domingos (PL-SF) para conversar. A preocupação do Centrão e de Afif referia-se ao impacto que a multa de 50% poderia representar, principalmente para as pequenas, micro e médias empresas, "um passivo oneroso e oculto", segundo expressão de Afif Domingos.



Medeiros discute estabilidade com políticos do grupo dos 32 e do centrão

Jefferson quer derrubar a estatização na saúde

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, ameaçou retirar 30 votos do Centrão caso fosse alterado o projeto do grupo sobre a área de saúde, para dar mais espaço à iniciativa privada na nova Constituição. A denúncia foi feita ontem pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), convencido de que, se aprovado como está, o projeto do Centrão causará grande crise na medicina liberal, pois o Estado terá todos os poderes para "avancar violentamente sobre a iniciativa privada".

Como não conseguiu alterar o texto do Centrão, o parlamentar apresentou ontem duas emendas individuais: uma supressiva e outra modificativa, que em sua opinião revertem a atual situação, dando aos hospitais privados o merecido lugar de destaque no setor de saúde. Ele disse que lutará até o fim para desestabilizar a saúde na amplitude que esperava a grande maioria dos constituintes, que, segundo Jefferson, foram impedidos de acatar suas propostas nessa fase dos trabalhos, pressionados por Sant'Anna.

"O líder do governo acertou em tudo, só errou na saúde", lamentou Roberto Jefferson. Em sua opinião, Sant'Anna é "o maior adversário", no Centrão, aos avanços propostos da iniciativa privada no setor, influenciado pelos "barbudinhos" (sanitaristas) que "querem inviabilizar a medicina no País". Ele agora espera conseguir em plenário os 280 votos necessários para modificar os dispositivos, resumidos em apenas quatro artigos. O 2º, de número 229, determi-

na: "A saúde é direito de todos e dever do Estado". Com isso discorda Jefferson. Sua proposta é modificar, esse artigo para "a saúde é direito de todos e dever da família, do indivíduo e do Estado". A outra emenda extingue o parágrafo 2º do artigo 231, que veda "a destinação de recursos públicos para subvencionar instituições privadas de saúde com fins lucrativos".

Com essas duas emendas, o deputado acredita que o setor de saúde não mais correrá o risco de estatização e a iniciativa privada poderá atuar livremente no País. Na defesa de suas teses em plenário, Jefferson assegurou contar com o apoio esmagador do Centrão. Ontem mesmo, o parlamentar afirmou ter conseguido a adesão da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) — integrante do Grupo dos 32 — que teria se comprometido a ajudá-lo a angariar outros adeptos fora do Centrão.

"Como pode a saúde ser dever apenas do Estado, quando mais de 80% dos serviços são exercidos pela iniciativa privada?", perguntou Jefferson, explicando que, dessa forma, a população ficará condicionada a procurar atendimento só nos serviços públicos, pois a Constituição garantiria todo e qualquer tipo de assistência à saúde. Se prevalecer o texto atual do artigo 229, o parlamentar acredita que qualquer cidadão poderá obrigar o Estado a indenizá-lo em qualquer quantia, por todo tipo de atendimento. Ele entende também que essa redação revoga a obrigatoriedade da família (país) de sustentar seus filhos e dar-lhes saúde, certos de que isso é dever exclusivo do Estado. "Saúde: dever do Estado ou de dever de todos." Este é o título de um

texto de quatro páginas que Jefferson distribuiu ontem aos seus companheiros do Centrão, alertando que "a intervenção do Estado ou sua excessiva participação no pólo assistencial criaria, como tem criado em outras nações desenvolvidas, uma dispensável burocracia, fonte de corrupção, nepotismo e outras mazelas tão nossas. E tudo isso a um custo excessivamente alto, que diminuiria substancialmente a parcela destinada à efetiva prestação de atendimento ao médico".

"Senhores, recuso-me a ser burro", finaliza o texto do deputado, dizendo que até na Rússia todo cidadão é pessoalmente responsável pelo seu estado de saúde e dos que o rodeiam. O parlamentar assinala que toda sua argumentação pretende "denunciar a levandade, a pobreza intelectual e conceitual do chavão sanitário: Saúde, direito de todos e dever do Estado", pedindo aos constituintes para "não referendar tamanho disparate, sob pena de, mais uma vez, sermos alvo da chacota internacional". Com fortes críticas aos defensores da estatização do setor, o parlamentar pergunta: "Onde nos seus sábios foram se inspirar? Em Cuba? Na Nicarágua? Em Cabo Verde? Em Angola?" Em seguida, recomenda aos sanitaristas brasileiros que "se matriculem em escolas russas ou chinesas para reaprenderem medicina sanitária, ao invés de se obstinarem a manter o País no subdesenvolvimento econômico, político, social e cultural".

O constituinte foi assessorado pelas lideranças mais expressivas do setor privado de saúde, especialmente pelo secretário-geral da Associação Brasileira de Hospitais, Eduardo Spindola.

Médicos pedem Constituição 'realista'

AGÊNCIA ESTADO E SERVIÇO LOCAL

"Se o texto constitucional aprovado pela Comissão de Sistematização for mantido, haverá, na prática, a estatização dos serviços médicos no País." O alerta é do presidente da Associação Médica Brasileira, Antônio Celso Nunes Nassif, que esteve em Brasília para conversar com vários parlamentares, em especial com os do Centrão, na tentativa de convencê-los a alterar o texto do projeto. "O que nós reivindicamos é uma Constituição realista, e não ideológica ou política, que atenda aos interesses de uma minoria", afirmou em São Paulo.

Nassif voltou mais tranqüilo de Brasília, porque a emenda para o setor de saúde apresentada pelo Centrão — "uma das melhores coisas feitas na Constituinte", disse em Curitiba — é semelhante à sugerida pela Associação Médica Brasileira (AMB). O texto da Sistematização, segundo ele, é "sutil e ardiloso", porque permite a participação da livre iniciativa na área de saúde, mas impõe uma série de exigências às empresas. "Na prática, essas exigências impedem a existência da livre-iniciativa no setor, estatizando a saúde. Na emenda do Centrão, elas foram retiradas", explica Nassif. Na sua opinião, man-

ter a Carta aprovada pela Sistematização seria "liquidar com todas as empresas privadas do setor de saúde no País".

Outra modificação defendida pela AMB também foi encampada pelo Centrão: que o Sistema Único de Saúde, criado no texto da Sistematização, englobe apenas os órgãos públicos de saúde. "Nós não somos contra a unificação, mas achamos que ela deve ficar restrita aos organismos do Estado", explica Nassif. Segundo ele, se o projeto da Sistematização for mantido, até pequenas clínicas divididas entre três ou quatro profissionais passarão a ser integradas ao Sistema Único de Saúde.

Para o presidente da AMB, manter o projeto já aprovado não só sufocaria a iniciativa privada como deixaria o setor de saúde em péssimas condições de atendimento à população. "O Estado não terá recursos financeiros permanentes para manter o setor. O resultado seria a queda violenta na qualidade dos serviços prestados e quem perderia com isso seria a população carente", garante Nassif. Se a unificação fosse total, afirma, o País teria de aplicar de 10% a 12% do PIB no setor de saúde. "Hoje, os recursos para a área médica atingem apenas 4% do PIB". E alert-

ta: "Se o texto da Sistematização for mantido, não resolveremos os problemas sérios de saúde no País. Trata-se de um projeto absolutamente irreal, que atende aos interesses de um grupo minoritário, ideologicamente de esquerda".

CONVIVÊNCIA PACÍFICA

O presidente da Associação Paulista de Medicina, Nelson Guimarães Prouença, também acredita que as propostas do Centrão representam um avanço nas discussões sobre o setor de saúde no Brasil. As emendas do Centrão, a seu ver, preservam um sistema público unificado de saúde e retiram o caráter de estatização que prevalece na proposta da Comissão de Sistematização.

O ministro da Saúde, Borges da Silva, que esteve ontem em São Paulo, não conhece em profundidade as propostas constitucionais envolvendo o setor, mas acredita que "deveria haver uma convivência pacífica entre o setor privado e o público já que o governo não tem condições de arcar com todo o sistema sozinho". Mesmo assim, ele enfatizou que é necessário uma coordenação fiscalizadora do governo na participação da iniciativa privada no setor de saúde.

Sarney volta ao Rio para um casamento

O presidente José Sarney volta hoje ao centro do Rio, onde foi atropelado e vítima de um atentado, em junho do ano passado. Desta vez, para assistir ao casamento da filha do senador e seu amigo pessoal, Alvaro Pacheco (PFL-PI).

O presidente embarca para o Rio hoje e, segundo seus assessores, retorna entre 1 e 2 horas da madrugada, depois de cumprir um roteiro mantido em sigilo por se tratar de viagem de caráter pessoal. Essa característica permite ao Palácio do Planalto não revelar detalhes da viagem.

Segundo fontes do Planalto, um escalão precursor providenciou os mínimos detalhes da segurança do presidente, que será discreta mas reforçada. A preocupação é com o clima de agitação no Rio, em função da greve de motoristas de ônibus.

Tumulto na fila para entrega das emendas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Confusão e tumulto marcaram o último dia de entrega de emendas ao projeto de Constituição. O deputado Matheus Iensen (PMDB-RJ), com emenda assinada por 317 constituintes, durante o mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) conseguiu o apoio de 885 constituintes para a emenda que estabelece o presidencialismo como regime de governo, enquanto o deputado José Genoino (PT-SP), em nome da liderança de seu partido, ocupava a tribuna para acusar o deputado Ulysses Guimarães de ser "conivente com o Centrão". Disse Genoino que todos os partidos haviam recebido comunicação do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, segundo a qual o prazo para a apresentação de emendas ao projeto de Constituição se encerraria às 19 horas de ontem. "Agora a tarde, no entanto — acrescentou —, as lideranças receberam outra comunicação, estranhamente estendendo o prazo até meia-noite. Quem é que estava precisando de mais cinco horas não está? Todos sabem que o Centrão não está conseguindo reunir as 280 assinaturas de apoio para as propostas".

Genoino disse ainda que o Centrão não só não tem a maioria da Assembleia, como proclama, mas também Ulysses Guimarães "está conivente ao seu lado". Por sua vez, o deputado Eduardo Bonfim (PC do B-BA) propôs à Mesa da Constituinte a criação de uma comissão de parlamentares para acompanhar a conferência de assinaturas de apoio às emendas ao projeto de Constituição. De acordo com Bonfim, os funcionários incumbidos de recebê-las não tinham condições de proceder, na hora, a esse exame.

REGIME

Com o apoio de Ulysses Guimarães e a colaboração de seu assessor especial, Miguel Reale Júnior, foi

Heráclito propõe eleições gerais em 89

O deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI) apresentou ontem, em Brasília, emenda individual que propõe a realização de eleições gerais em todos os níveis no País no dia 7 de setembro do ano que vem. Pela emenda, os atuais ocupantes dos cargos eletivos podem se candidatar desde que obedecidos o prazo de licenciamento.

A emenda do deputado substitui o artigo 4º das disposições constitucionais gerais e transitórias do projeto de Constituição, e estabelece que, diante das eleições gerais, os atuais presidentes da República e governadores podem se candidatar aos mesmos cargos, desde que se licenciem 45 dias antes das eleições. Os senadores eleitos em 86 terão seus nomes submetidos a voto popular e, se não obtiverem 30% dos votos, o Tribunal Superior Eleitoral, no prazo de 45 dias, marcará eleições suplementares para o Senado. A posse dos eleitos será em 15 de novembro de 89.

Candidatura é o tema do PFL hoje

O adiamento das convenções partidárias — as municipais estavam previstas originalmente para o dia 28 de fevereiro — e das consultas às bases para conhecer suas preferências em termos de candidato à sucessão do presidente José Sarney serão os temas principais da reunião de hoje, em Brasília, da Executiva Nacional do PFL. Com início previsto para as 9h30, a reunião deverá também definir a posição oficial do partido com relação a temas polêmicos da futura Constituição.

Deverá prevalecer o ponto de vista externado pelo ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, provável candidato do partido à Presidência da República, segundo o qual só terá sentido consultar as bases para saber o nome preferido do partido para disputar a sucessão presidencial quando a Constituinte já tiver definido o regime de governo a ser adotado no País e a duração do mandato de Sarney.

apresentada emenda propondo o sistema presidencialista mitigado. Haverá primeiro-ministro, com ou sem mandato legislativo, para exercer funções de ministro-coordenador. Por delegação do presidente, o primeiro-ministro poderá exercer várias atribuições menos a de Chefe de Estado. Se o primeiro-ministro indicado pelo presidente da República não for parlamentar, o nome terá de ser submetido à votação do Congresso. Assinará a emenda, entre outros, os deputados Manoel Moreira (PMDB-SP), Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Cid Carvalho (PMDB-MA). Os dois últimos eram parlamentaristas.

MANDATO

O deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) entregou ontem às 19h40 emenda estabelecendo em cinco anos o mandato do presidente Sarney, acompanhada de 317 assinaturas, o que assegura preferência automática para votação da proposta. O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), garante que, em plenário, os votos vão corresponder ao número de assinaturas. A emenda, com 69 páginas, estabelece o dia 15 de novembro de 1989 como data para a eleição do presidente. Iensen distribuiu tabela indicando que assinaram a emenda 163 constituintes do PMDB, 109 do PFL, 24 do PDS, 11 do PTB, quatro do PDT e quatro do PL.

PT ENTREGA EM BLOCO

O Partido dos Trabalhadores entregou ontem 64 emendas, quatro de cada constituinte do partido. Segundo José Genoino, o PT decidiu entregar as emendas em bloco, uma vez que cada uma delas foi discutida em conjunto pela bancada. Entre as emendas petistas destacam-se: eleições gerais em 1988, presidencialismo, 48 horas semanais, estabilidade no emprego, estatização no sistema financeiro e dos cartórios.

O presidente do partido, Luiz Inácio Lula da Silva, apresentou su-

gestão de alteração do regime de governo, no projeto, de parlamentarista para presidencialista. Lula propõe ainda estabilidade no emprego, salvo em caso de falta grave comprovada judicialmente, contrato a termo não superior a dois anos, prazos definidos em contratos de experiência não superiores a 90 dias, e superveniência do fator econômico intransponível, técnico ou infortúnio da empresa, sujeito a comprovação judicial, sob pena de reintegração ou indenização a critério do empregado. A última emenda de Lula convoca eleições em todos os níveis no dia 15 de novembro deste ano.

PROTESTO

O Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte emitiu nota assinada pelo professor Goffredo da Silva Telles Júnior e Comissão Justiça e Paz de São Paulo protestando contra a eliminação de todos os instrumentos de participação popular, subscritos por 400 mil eleitores. "Trata-se de ato de desprezo atentatório ao povo brasileiro praticado pelo chamado Centrão", diz a nota. A entidade solicita que os jornais dêem ampla divulgação dos nomes dos parlamentares que integram o Centrão, "para que eles sejam conhecidos e que a população possa repudiá-los", acrescenta a nota.

Estev Whitaker, membro da Comissão Pró-Participação Popular na Constituinte, diz que a sensação ao ver a proposta do Centrão foi a de que "tudo caiu por terra". No capítulo sobre a organização dos poderes e sistema de governo, aprovado pela Comissão de Sistematização, segundo ela era o povo quem detinha o poder e o exercia; agora, a proposta do Centrão esse item simplesmente foi abolido. "Foi um trabalho que resultou de 12 milhões de assinaturas coletadas nas ruas, e que dava possibilidades ao povo de participar. Agora, tudo isso acabou, conforme proposta do Centrão. Para responder a isso, teremos reunião na segunda-feira às 20 horas na OAB-SP, com todo mundo mobilizado."



No último dia para apresentar emendas, as filas

Participação acionária, a proposta de Azevedo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (Bovespa), Eduardo da Rocha Azevedo, reuniu-se ontem com o presidente nacional do PT, deputado Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo foi submeter à apreciação do deputado uma proposta que permite aos assalariados participarem como acionistas das empresas onde trabalham.

O projeto estava pronto desde outubro de 1987. Em novembro, a Bovespa já tinha em mãos os dados de uma pesquisa feita entre 150 líderes sindicais e 50 sindicatos, apontando 32% dos entrevistados como favoráveis à possibilidade de participarem como acionistas em suas empresas; 52% estariam dispostos inclusive a ter parte de seus salários mensalmente trocada por ações.

Segundo Azevedo, a proposta, caso aceita, diminuiria as diferenças atuais existentes entre o segmento empresarial e o dos trabalhadores. Os resultados, em sua opinião, viriam a longo prazo, e não em poucos meses. Azevedo negou que pretenda manter contato com outros líderes partidários justificando seu encontro com Lula pelo fato de ele ser, "sem sombra de dúvida, o mais destacado líder sindical do Brasil".

Sobre o projeto, Lula disse não poder emitir nenhuma opinião enquanto não houver avaliação do partido, mas relevou a importância da preocupação dos empresários com "a deterioração deste País". Elogiando a atitude de Azevedo, o deputado considerou possível haver pontos comuns, entre diversos segmentos da sociedade, em torno dos quais seja possível trabalhar.